Título de eleitor, com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
 Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para os candidatos do sexo masculino;
 Cédula de Identidade;
 Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 Documento de inscrição no PIS ou PASEP, se não houver entregar a declaração que não possui.
 Três fotos 3x4 recentes;
 Comprovante de residência (conta atualizada de energia elétrica, de água, de gás ou de telefone fixo);
 Cópia da última declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, acompanhada do respectivo recibo de entrega e das atualizações e/ou complementações ou, no caso de o nomeado não ser declarante, apresentação de declaração de bens e valores firmada por ele próprio, nos termos da Lei 8.730/93, Lei 8.429/92 e Instrução Normativa 05/94-TCU (colocar a declaração dentro de um envelope branco, e lacrar o envelope para a entrega);

Declaração de não acumulação de cargo público ou ato de exoneração se servidor público (este ato deverá ser entregue somente no dia da Posse, com data de exoneração igual ao da posse);

Declaração de antecedentes criminais (Federal - <http://www.jfsp.jus.br/certidoes-emissaoonline/> e Estadual - www2.ssp.sp.gov.br/atestado) relativa aos últimos cinco anos;

Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria mínima “B”, no período de validade;

Comprovante com o número de Conta corrente, aberta no Banco do Brasil;

Currículo Vitae atualizado.

Orientações quanto ao agendamento da Perícia Médica

Os exames médicos são de responsabilidade do próprio candidato.

Ato do Diretor Técnico do Departamento de Recursos Humanos, de 28-2-2019

Convocando a candidata aprovada no III Concurso de Ingresso na Carreira de Agente de Defensoria Pública, abaixo relacionada a comparecer à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO no dia 08-03-2019 às 10h30, na Rua Libero Badaró, 616 - 6o.andar - Centro - São Paulo/SP, para entrega dos documentos abaixo e orientações relativas à posse.

GRACIELLE FEITOSA DE LOIOLA CARDOSO, RG 1999476

A concursada acima relacionada e convocada pelo DRH deverá providenciar e entregar os exames (laudados) e os seguintes documentos, em cópias autenticadas, para fins de posse:

Comprovante de Conclusão de Escolaridade exigida para o cargo e Registro no Órgão de classe;

Certidão de Casamento ou nascimento, com as respectivas averbações, se for o caso e certidão de nascimento de filhos (se houver);

Título de eleitor, com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação eleitoral;

Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para os candidatos do sexo masculino;

Cédula de Identidade;

Cadastro de Pessoa Física – CPF;

Documento de inscrição no PIS ou PASEP, se não houver entregar a declaração que não possui.

Dois fotos 3x4 recentes;

Comprovante de residência (conta atualizada de energia elétrica, de água, de gás ou de telefone fixo);

Cópia da última declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, acompanhada do respectivo recibo de entrega e das atualizações e/ou complementações ou, no caso de o nomeado não ser declarante, apresentação de declaração de bens e valores firmada por ele próprio, nos termos da Lei 8.730/93, Lei 8.429/92 e Instrução Normativa 05/94-TCU (colocar a declaração dentro de um envelope branco, e lacrar o envelope para a entrega);

Declaração de não acumulação de cargo público ou ato de exoneração se servidor público (Se servidor público, este ato deverá ser entregue somente no dia da Posse, com data de exoneração igual o da Posse, para fins de contagem de tempo de serviço público);

Declaração de antecedentes criminais (Federal - <http://www.jfsp.jus.br/certidoes-emissaoonline/> e Estadual - www2.ssp.sp.gov.br/atestado) relativa aos últimos cinco anos;

Comprovante com o número de Conta corrente, aberta no Banco do Brasil;

Currículo Vitae atualizado.

Orientações sobre Perícia Médica.

Os exames médicos são de responsabilidade do próprio candidato.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Extrato de Aditamento de Contrato

Processo: 4251/2014

4º TERMO DE ADITAMENTO PARA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 016/2015

CONTRATANTE: Defensoria Pública do Estado de São Paulo
 CONTRATADA: JOTABÊ SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
 PARECER JURÍDICO: Parecer AJ 014/2019 de 24-01-2019
 Objeto: 4º Termo de Aditamento objetivando a prorrogação da vigência do Contrato de serviços de copeiragem por mais 15 (quinze) meses, a partir de 01-03-2019.

VALOR: R\$ 223.390,95

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Fonte de recurso: 002001055;

Funcional Programática:

03.092.4200.5798-0000; Elemento: 33.90.39-65

BASE LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores e Lei Estadual 6.544/89

VIGÊNCIA: de 01-03-2019 a 31-05-2020

DATA DE ASSINATURA: 28-02-2019

Extrato de Contrato

Processo 1850/2019

Ata de Registro de Preços 017/2018

Contratante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo
 Contratada (Detentora): STYL LINE FEIRAS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA

Objeto: Contratação de serviços de fornecimento de coffee break tipo B para o evento de inauguração da Unidade Franca

Valor: R\$ 1.123,50

Nota de empenho: 2019NE00641

Recurso orçamentário: fonte de recurso 002.001.055; programa de trabalho 03.092.4200.5798.0000; natureza da despesa 33.90.39-56

Datas do evento: 22-03-2019

Extrato de Contrato

Processo 1439/2019

Ata de Registro de Preços 028/2018

Contratante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo
 Contratada (Detentora): Educálbras Treinamento e Desenvolvimento do Idioma de Libras Ltda. EPP

Objeto: Contratação de serviços de intérprete de LIBRAS para atendimento de assistido na Unidade Praia Grande, em 21-02-2019.

Valor: R\$ 183,99

Nota de empenho: 2019NE0001

Recurso orçamentário: fonte de recurso 002.001.055; programa de trabalho

03.092.4200.5798.0000; natureza da despesa 33.90.39-99

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Comunicado

Processo 9743/2018

Interessado: Departamento de Logística

Assunto: Aquisição direta de detergente, esponja e pano multiuso – Grupo 4 – Materiais de consumo

Com fundamento no disposto no artigo 12, inciso I do Ato Normativo DPG 100, de 23-10-2014, combinado com a Lei Federal 8.666/93 e sua competente regulamentação HOMOLOGO o

resultado do Convite Eletrônico 4200300000120190C00004 e ADJUDICO seu objeto conforme abaixo:

Item 02: Esponja para limpeza

Empresa vencedora: Maycon Jordan Siqueira Campos Rosa

– Comércio de Produtos e Serviços ME

CNPJ/MF 28.398.064/0001-01

Quantidade: 150 pacotes

Valor Unitário do item: R\$ 4,27

Valor Total do item: R\$ 640,50

Em decorrência da homologação, fica autorizada a realização da respectiva despesa, no valor total de R\$ 640,50

Deixo de homologar o item 01 (detergente líquido). Isso porque, nos termos da manifestação de fl. 188, constatou-se uma falha na classificação de todas as propostas de valor inferior ao preço referencial, já que, em verdade, nenhum dos produtos ofertados nessa condição está em perfeita harmonia com o descritivo do produto. Consequentemente, o ato da Comissão Julgadora que considerou aceitáveis tais propostas deve ser anulado.

No tocante ao item 3 (pano multi-uso), homologo o fracasso do certame, visto que não houve, dentre as propostas de preço aceitável, qualquer que pudesse satisfazer o memorial descritivo.

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Comunicado

Edital de Audiência Pública – Obter dados, informações e discutir os problemas relativos à concretização e implementação de políticas públicas em favor da população em situação de rua no Município de Bauru

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio de sua Unidade em Bauru e de seu Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, com fundamento no artigo 134, caput c/c artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, no artigo 4º, XXII, da Lei Complementar 80/94, resolve, realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA, nos termos seguintes:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1º. A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade obter dados, informações e discutir os problemas relativos à concretização e implementação de políticas públicas em favor da população em situação de rua no Município de Bauru, para traçar um panorama geral desta camada da sociedade, a fim de que seja possível cobrar providências do Poder Público e, se o caso, utilizar os elementos colhidos para fundamentar tutela coletiva judicial.

ARTIGO 2º. Caberá aos/as representantes da Defensoria Pública do Estado de São Paulo a condução dos trabalhos, nos termos definidos neste edital.

PARÁGRAFO ÚNICO. São prerrogativas do Presidente da Sessão:

I – designar um ou mais secretários/as que o assistam;

II – efetuar a apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso dos debates;

III – decidir sobre a pertinência das intervenções orais, inclusive, sobre excepcional e motivada alteração da ordem dos/as inscritos/as para manifestação oral;

IV – decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V – dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da audiência, bem como sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI – alongar o tempo das elocuições, quando considere necessário ou útil;

VII – decidir sobre a transmissão radiofônica ou televisiva da audiência.

TÍTULO II - DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

CAPÍTULO I - DA INSCRIÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO ORAL

ARTIGO 3º. Poderão participar, intervindo oralmente por até 5 minutos, quaisquer pessoas físicas, desde que previamente inscritas, respeitada a ordem de inscrição, a categoria ou natureza da intervenção e a limitação do tempo, conforme disciplinado no presente Edital.

Parágrafo único. A inscrição prévia a que se refere o caput será feita da forma disciplinada no artigo 5º do presente edital.

ARTIGO 4º. A inscrição poderá ser realizada no dia da Audiência Pública, durante o período previsto para a realização do evento, ou seja, das 09hs às 12hs, mediante identificação em lista de inscrição. As inscrições assim realizadas valerão para manifestação no próprio dia da inscrição, sendo certo que a ordem das intervenções orais se dará pelo critério cronológico, ressalvadas as prerrogativas do/a Presidente da Sessão (artigo 2º, parágrafo único, inciso III) e a disponibilidade de tempo para todas as manifestações, diante do horário previsto para o término das sessões (artigo 5º, § 4º e artigo 6º).

§ 1º No momento da inscrição, os/as interessados/as deverão mencionar o conhecimento sobre as políticas públicas em favor da população em situação de rua no Município de Bauru, assim como eventuais falhas detectadas na concretização ou implementação das políticas existentes e, ainda, destacar quais equipamentos são necessários no Município para melhorar o atendimento desta camada da população.

§ 2º. Não havendo tempo disponível, observados os horários de início e término dos trabalhos, e/ou considerando a finalidade da audiência pública, o/a Presidente da Sessão poderá restringir a inscrição de representantes diretos ou indiretos e funcionários/as do Estado, inclusive daqueles/as que possam inibir ou tumultuar a oitiva de pessoas que afirmam ser atingidos diretamente por falhas ou omissões na consecução das políticas públicas;

§ 3º. Salvo se houver tempo disponível, observados os horários de início e término dos trabalhos, os/as interessados/as poderão se manifestar por apenas uma vez na audiência.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DATA DA AUDIÊNCIA; DO PROCEDIMENTO.

ARTIGO 5º. A Audiência Pública será realizada no dia 26-04-2019, das 9hs00 às 12hs00, na Unidade Defensoria Pública do Estado de São Paulo no Município de Bauru, localizado na Rua Nicolau Assis, 6-41, Jd. Panoramã, CEP 17011-102, BAURU/SP.

ARTIGO 6º. À sessão terá livre acesso qualquer pessoa, bem como meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização e a finalidade da atividade.

ARTIGO 7º. A Audiência Pública será realizada na forma de (a) exposição da finalidade e das regras da atividade; e (b) manifestações orais de inscritos/as, observado o que estabelece o presente edital, sendo facultada a apresentação de documentos escritos e assinados, de vídeos e material fotográfico, desde que respeitado direito à privacidade, à intimidade e de imagem das pessoas identificadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro, sendo certo que os/as presentes no local do evento autorizam a Defensoria Pública a divulgar, utilizar e dispor, na íntegra ou em partes, para fins institucionais, educativos, informativos, técnicos e culturais, do nome, da imagem e do som de voz, sem que isso implique em quaisquer ônus.

ARTIGO 8º. A audiência será presidida por representantes da Defensoria Pública que, após a exposição da finalidade e das regras da atividade, abrirão as discussões com os/as inscritos/as.

ARTIGO 9º. Da audiência será lavrada ata circunstanciada, no prazo de 30 dias a contar da sua realização, sem prejuízo de eventual gravação audiovisual, passando a integrar os autos dos procedimentos que a originaram.

PARÁGRAFO ÚNICO. Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues aos presidentes dos trabalhos durante a Audiência.

CAPÍTULO III - DA PUBLICIDADE

ARTIGO 10. A este edital será conferida publicidade.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 11. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas e/ou informações emitidas no evento, ou em decorrência deste, terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se a subsidiar a atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. São Paulo/SP, 21-02-2019.

OUIDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Comunicado

Comunicamos que serão abertas pela Ouvidoria-Geral as inscrições para o Prêmio Justiça para Todas e Todos - Josephina Bacariça, destinado a um/a Defensor/a Público/a, a um Órgão ou Unidade da Defensoria Pública e a um/a Servidor/a da Instituição, em razão de atuação de relevante impacto social. As inscrições poderão ser efetuadas conforme regulamento abaixo, nos moldes do formulário anexo, e enviadas para o e-mail ouvidoria@defensoria.sp.def.br. O prazo para inscrição vai de 01 a 31-03-2019. A divulgação de resultados se dará até o dia 15 de abril e a entrega do Prêmio se realizará no mês de maio, em data a ser definida e divulgada amplamente.

Regulamento do Prêmio Justiça para Todos - Josephina Bacariça da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Do Prêmio Justiça para Todos - Josephina Bacariça

Art. 1º. Fica instituído o Prêmio Justiça para Todos - Josephina Bacariça no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para os trabalhos de notável relevância social realizados por Defensores/as Públicos/as, Órgãos da Defensoria Pública; e Servidores/as da Instituição.

Art. 2º. O Prêmio Justiça para Todos - Josephina Bacariça consistirá em:

Inciso I - Entrega de certificado de homenagem a Defensor/a Público/a, bem como ofício à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública para fazer constar a premiação nos assentamentos individuais do/a Defensor/a Público/a premiado/a;

Inciso II - Entrega de certificado de homenagem ao Órgão da Defensoria Pública, bem como ofício à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública para fazer constar a premiação nos assentamentos funcionais dos/as envolvidos/as na realização da prática premiada;

Inciso III - Entrega de certificado de homenagem a Servidor/a Público/a, bem como ofício à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública para fazer constar a premiação nos assentamentos individuais do/a Servidor/a Público/a premiado/a;

Parágrafo Único: Nesta edição, o prêmio se constituirá em evento festivo com a entrega de item de premiação (troféu, objeto decorativo, etc.) e certificado aos premiados.

Dos Critérios para Indicação

Art. 3º. A inscrição do/a Defensor/a Público/a, do Órgão da Defensoria Pública e do/a Servidor/a da Instituição se dará no período de 01 a 31-03-2019, por meio de formulário, disponível no site www.defensoria.sp.def.br/ouvidoria, a ser enviado à Ouvidoria-Geral pelo endereço eletrônico ouvidoria@defensoria.sp.def.br, do qual devem constar as seguintes informações do/a indicado/a:

Inciso I – Identificação do/a Defensor/a, Órgão e Servidor/a indicado/a;

Inciso II - Resumo da ação desenvolvida e justificativa trazendo os motivos pelos quais o/a indicado/a faz jus à indicação, com a descrição dos resultados de impacto social verificados que considera mais relevantes.

Art. 4º. Os/as Defensores/as Públicos/as, os Órgãos da Defensoria Pública, e os/as Servidores/as Públicos/as poderão realizar suas próprias inscrições, assim como poderão ser indicados/as por qualquer pessoa, inclusive por quem não pertença aos quadros da Defensoria Pública.

Da Seleção

Art. 5º. O Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública apreciará as inscrições nos termos deste Regulamento.

Parágrafo único: A escolha dos/as premiados/as deverá ser publicada em Diário Oficial.

Art. 6º. Os/as premiados/as serão escolhidos/as pela relevância dos trabalhos realizados, levando-se em conta a colaboração para a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, bem como a contribuição para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e para a melhoria, ampliação, diversificação e desburocratização do acesso à justiça.

Da Divulgação dos Resultados

Art. 7º. A divulgação dos resultados ocorrerá até o dia 15-04-2019, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado e no site eletrônico da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Da Entrega do Prêmio

Art. 8º. A entrega dos Prêmios se realizará no mês de maio, em homenagem ao Dia Nacional do Defensor Público, em data definida pelo Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, em razão de conveniência e oportunidade de todas e todos participantes.

ANEXO

Disponível no site www.defensoria.sp.def.br/ouvidoria

Formulário de Inscrição ao Prêmio Justiça para Todos - Josephina Bacariça

I. Proponente (nome de quem faz a indicação):

II. Dados de contato do proponente (telefone e e-mail):

III. Identificação da Indicada ou do Indicado (nome da Defensor/a; do Órgão da Defensoria; e de Servidor/a indicado/a).

IV. Identificação de categoria (indicar se se trata de Defensor/a; de Órgão da Defensoria; ou de Servidor/a):

Obs: Caso a indicação seja de Defensor/a ou de Servidor/a, indicar a área e o respectivo órgão de atuação.

V. Nome da prática indicada:

VI. Descrição da prática (máximo 10 linhas):

VII. Período em que ocorreu a prática:

VIII. Público-alvo da prática:

IX. Principais estratégias utilizadas (máximo 5 linhas):

X. Número de pessoas beneficiadas:

XI. Principais resultados alcançados (máximo 5 linhas):

XII. Justificativa: indique os motivos pelos quais considera que o/a indicado/a faz jus à premiação (máximo 10 linhas):

XIII. Espaço destinado para indicação de sites, links e outros materiais que julgar interessantes para a análise da prática:

Editais

GOVERNO

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GERAL

Comunicado

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Artesp comunica a alteração do endereço da Audiência Pública 04/2019 que, para maior comodidade dos participantes, será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Osvaldo Cruz (Rua Fernando Costa, 420, Centro, Osvaldo Cruz), às 10h30 do dia 12-03-2019, terça-feira.

Por oportuno, a Agência informa também a publicação de errata referente aos Anexos 4 e 7 da minuta de contrato, no site da Artesp, bem como a prorrogação do prazo da Consulta Pública 01/2019, que receberá contribuições até 31-03-2019. O regulamento e forma de participação na Audiência e na Consulta Pública aberta já estão disponíveis no site da Artesp (<http://www.artesp.sp.gov.br>).

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

Retificação do D.O. de 14-2-2019

Na publicação do Processo 7.185 (protocolo 92.604). Autos 7185/DER/73 - 3º volume. Onde se lê “Vistas à EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, para conhecimento e manifestação” leia-se “Abertura de vistas, para conhecimento e eventuais impugnações à quem interessar”.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE TRÂNSITO

Superintendência Regional de Trânsito da Região Metropolitana de São Paulo 254ª Ciretran - Itaquaquecetuba Comunicado

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e este pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – Detran-SP, em conformidade com o disposto na Lei Federal 9.503, de 23-09-1997 e alterações, Decreto Federal 1.305 de 09-11-1994 e Portaria Detran 1.215 de 24-06-2014, torna público que será realizado o leilão de veículos apreendidos por infração de trânsito no município de Itaquaquecetuba, através da leiloeira oficial Tatiana Paula Zani de Sousa – Jucesp 723, sendo o evento regido pela Lei Federal 8.666 de 21-06-1993 e alterações e Resolução Contran 623/16, o qual a abertura para lances se iniciará no dia 09-03-2019 às 18h, sendo que o fechamento dos lances será no dia 14-03-2019 a partir das 09h iniciando pelos veículos classificados com direito a documentação, logo após sucata veicular para desmonte e logo após sucata veicular para reciclagem. Os lotes não vendidos serão reclassificados e repassados no mesmo dia ou conforme a solicitação da comissão de leilão. Cópias deste Edital poderão ser acessadas e copiadas pelos interessados por meio do Portal eletrônico do Detran.

Superintendência Regional de Trânsito da Região Metropolitana da Baixada Santista, com sede em Santos 165ª Ciretran - Praia Grande Notificação

Com fundamento resolução contran 623/2016, artigo 328 do código de trânsito brasileiro e portaria 938/2006, notifica aos interessados proprietários e financeiras abaixo que têm prazo de 30 dias, a partir desta publicação, para providenciarem a retirada dos veículos apreendidos ou retidos sob jurisdição desta unidade, por infração de trânsito, na comissão de leilão, situada a avenida ayrton senna da silva 1511 sítio do campo - praia grande/sp – mediante o pagamento de débitos existentes tais como: multas, impostos, taxas guinchos e estadias etc, sob pena de serem levados a leilão públicos e ou hasta publica. Os